ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA

01/06/2005
21 Anos

A Presidência do Conselho Gestor da **APA** Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, (Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo (Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997). O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental APA Serra Dona Francisca, foi criado por intermédio do (Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005), e suas alterações, tendo função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, (Decreto nº 62.982, de 25 de outubro de 2024), e suas alterações, e, por intermédio de seu Plano de Manejo, aprovado pelo (Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013). As Reuniões Plenárias Ordinárias ocorrem conforme Calendário Anual, e demais informações ou inscrições para as atividades do Conselho poderão ser solicitadas através do e-mail: *sama.uac@joinville.sc.gov.br*

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, realizada em 18/08/2026.

No décimo oitavo dia, do mês de agosto, do ano dois mil e vinte e seis, às dezoito horas e trinta minutos, apurado o quórum regimental para início das atividades reuniu-se o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca no Auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SDE.UDR), na Rodovia SC 418, Km 03, nº 271 - Distrito de Pirabeiraba, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. Estiveram Presentes os seguintes Integrantes do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, mandato de 01/01/2026 à 31/12/2027, conforme Decreto nº 70.060, de 16 de dezembro de 2025, e suas atualizações: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Gestor da APA; Ademir Sgrott, da AJM; Josimar Neumann, da SDE.UDR; Dalzemira Anselmo da Silva Souza, da SECULT; Amanda Zimmermann Poltronieri, da ATERJ; Daiane Paul Nunes, da CAJ; Jackeline Elisandra Rode, da AMEM Morros; Danielle Oliveira Danielewski, da EPAGRI; Adilson Gorniack, da SEPUR; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA.UGA; Sarah Sabrina Leal Francisco, da SAMA.UNF; Jacson Gil Carneiro, da ACEF; Bruno Berreta Teixeira, da PMA; Júlia Turrek, da OAB; Nivaldo Fleith Sacavem, da AMEM Mildau; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Gabriel Klein Wolfart, da SINDIPEDRAS; Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE; Leonice Pries Schulz, da SAS; Ana Paula Simião Pinto, da SED.NEA; Vanderlei Monteiro, da APROÁgua; Sérgio de Oliveira Netto, do GRM; João Paulo Freisleben, da APIVILLE; Guilherme Neitzel, da AEA Babitonga; e, Gertrudes Kanzeski, da ACR.
Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujos nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Jean Ricardo da Silva, da AMOQUIRIRI; Alexandre Reichel, do COAJLLE; Nulcemar Maysa Koetz, da AMEM Mildau; Marcos Aurélio Diehl Bueno, da PMA; William Ávila Moy, da CVJ; Valdir Manoel Mendes, ESTR. PICO; Patrícia Karnopp, da CAJ; Da ÁGUA&SOLO: Lauro Bassi, Gleize Lopes; Da SECULT: Ana Paula Klahold Rosa, Filipe Souza Antão; Do Hotel HÜBNER: Antônio Galvão dos Santos, Diva Hübener dos Santos; Da APROÁGUA: Gustavo Paul Nunes; Regina Maria Munhoz; e José Augusto de Souza Neto, da SAMA.
Na reunião foram desenvolvidos os seguintes assuntos pautados na convocatória: **1)** Aprovação das Atas das Reuniões: dias 05/05/2026 e 03/06/2026; **2)** CAJ - IQA/ Pagamento PSA; **3)** SAMA - Implementação do Plano de Manejo da APA; **4)** Sugestões de Pauta e Palavra Livre: Inscritos (Josimar, UDR - Sala do Empreendedor Rural; Sérgio, GRM - Instalação de Data Centers na APA; Ademir Sgrott, AJM - Árvores que causam problemas às abelhas e beija-flores).

Pauta 1) Aprovação das Atas das Reuniões: (dias 05/05/2026 e 03/06/2026). O Presidente Fábio João Jovita inaugurou a Sessão cumprimentando todos os Conselheiros, e estendendo os cumprimentos aos demais presentes. Em seguida, indagou se todos haviam recebido a Ata da Sessão do dia 05/05/2026 e se possuíam alguma contribuição ao respectivo texto. Não havendo manifestações, submeteu a Ata do dia 05/05/2026 à votação, a qual foi aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. Posteriormente, o Presidente procedeu de idêntica forma em relação à Ata da Sessão do dia 03/06/2026, indagando se todos a haviam recebido e se existia alguma contribuição ao texto. Na ausência de manifestações, colocou a Ata do dia 03/06/2026 em votação, tendo sido aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros, com registro de uma abstenção. Ato contínuo, passou à apreciação do item nº 2 da Pauta.

Pauta 2) CAJ - IQA/ Pagamento PSA: A Conselheira Daiane Paul Nunes, da CAJ recebeu a palavra, agradeceu aos Conselheiros e estendeu os cumprimentos aos demais participantes. A exposição teve início com a indicação de que seriam abordados os programas e subprogramas de manejo da água, da Serra Dona Francisca, sobre o qual a Companhia tem realizado o acompanhamento. Iniciou com o Programa Águas para Sempre, mencionando o que já havia sido realizado até meados do mês de agosto. Prosseguiu informando que, em termos de adesões, contabilizam-se 34 assinaturas, o que representa sete propriedades a mais em relação à reunião anterior. Há ainda doze processos de PIP, nos quais a CAJ tem se deslocado às propriedades para realizar o acompanhamento e elaborar os respectivos projetos. Registram-se, ademais, 30 manifestos de interesse de pessoas que já demonstraram interesse e vêm buscando o programa, além de 81 pessoas que manifestaram interesse em conhecê-lo e nele ingressar. Daiane mencionou que alguns participantes apresentaram um avanço bastante expressivo, sobretudo em decorrência da pesquisa realizada para o diagnóstico do programa. Desses 81 interessados, 45 decorreram da pesquisa realizada. Desta maneira, foi verificado um avanço significativo, sendo que a área das propriedades inseridas no programa totaliza 3.208ha. A totalidade dos 3,26ha é constituída por área verde. A Palestrante mencionou um teto de 15ha por propriedade, na hipótese da contratação de 203,71ha. O valor médio atualmente pago gira em torno de R$664,00(seiscentos e sessenta e quatro reais/ha). O limite do programa corresponde à divisa entre os municípios de Joinville e Garuva. Segundo a Palestrante, as partes verdes representam as pontuações verdes, que correspondem às propriedades que integram o Programa Águas para Sempre. Conforme a palestrante, essas são as últimas pessoas que assinaram o Programa neste local. Fazem-se presentes, ainda, o Sr. Vanderlei, a Sra. Janete, o Sr. Rodolfo e a Sra. Marli. Continuando a exposição, Daiane explicou que existem aproximadamente 12 projetos individuais elaborados e que, dentre esses, aqueles que apresentam função relevante no programa possibilitam a celebração de contrato emergencial. Detalhou, ainda, o funcionamento desse contrato emergencial, o qual se desdobra em dois instrumentos distintos: o Contrato da Água e o Contrato de Solo. Mencionou que existe uma Empresa prestando apoio junto à Secretaria Executiva, na qual o Sr. Lauro e a Sra. Grace são responsáveis pelos Contratos da Água & Solo, atuando nesta região. O Contrato celebrado com a ECOBEL constitui um apoio destinado a viabilizar a elaboração de projetos e a obtenção de propriedades no âmbito do Programa. Prosseguindo a exposição, Daiane demonstrou que as áreas destacadas em vermelho no painel (projetor) correspondem às propriedades sob responsabilidade da ECOBEL, enquanto as áreas em verde referem-se àquelas sob responsabilidade da Água & Solo. Nessa adesão, contabilizam-se sete propriedades, entre as quais as da Sra. Regina Maria Munhoz, e do Sr. Vanderlei. A Palestrante reforçou que foi assinado o manifesto referente à área total dessas propriedades. As sete propriedades totalizam aproximadamente 164ha, dos quais a área verde corresponde a 68ha e a área contratada a 43ha, em função do teto de 15ha por propriedade. O valor previsto nos PIPs é de aproximadamente R$30 mil. Daiane explicou o método de pagamento pelos serviços ambientais, informando que, no presente mês, foram realizados três pagamentos. Além disso, o *coffebreak* oferecido na última Reunião do Conselho da APA constituiu uma homenagem às pessoas participantes do Programa Águas para Sempre, em especial à Sra. Viviane Boldit, filha do Sr. Conrado, que também comparece ocasionalmente. A área total da propriedade da Sra. Viviane Boldit é de 4ha, sendo a área verde de 3ha e a área contratada de 3,17ha. Trata-se de uma propriedade que possui expressiva área verde. Prosseguindo, a palestrante mencionou que a Sra. Viviane Boldit recebeu aproximadamente R$1.000,91, além de R$2.000,00 a título de PSA, totalizando R$3.164,00 no Programa deste ano. Foi informado que o Sr. Valdir possui propriedade de menor extensão, com área total de 3,56ha, e área verde de 0,38ha. Mencionou que, no âmbito do Programa, deve ser observado o pagamento mínimo de PSA correspondente a 1ha, no valor de R$1.000,91, acrescido de PSA no montante de R$618,00, totalizando R$1.700,00. Daiane prosseguiu explicando que o Programa remunera exclusivamente a área verde da propriedade, e não a sua extensão total. Assim, caso o imóvel disponha de 10ha, o pagamento será efetuado apenas sobre os 8ha correspondentes à área verde. Ressaltou, ainda, que, se a área verde ultrapassar 15ha, o pagamento será limitado ao máximo de 15ha. Por outro lado, caso a área verde seja inferior a 1ha, será considerado o mínimo de 1ha para fins de remuneração, uma vez que o valor é sempre calculado com base na área verde. Daiane prosseguiu afirmando que a gestão é realizada de forma integral, abrangendo também a parte produtiva da propriedade. Nesse sentido, analisa-se se a produção é orgânica, hipótese em que o beneficiário recebe remuneração superior. Verifica-se, ainda, a realização da limpeza da residência, a existência e a manutenção adequada da fossa, bem como demais aspectos relativos à área não verde. Em suma, quanto maior o cumprimento dos critérios estabelecidos pelo Programa, maior será o valor auferido pelo participante. A Palestrante esclareceu acerca dos critérios do programa e dos motivos pelos quais as pessoas deixaram de participar dele, ressaltando que conforme apresentado no primeiro *slide*, há elevada procura por esse tipo de serviço, o que justifica a existência de apenas dois contratos firmados e a pausa temporária na busca ativa por novos proprietários. No momento, segundo a palestrante, são os próprios proprietários que procuram os responsáveis para integrar o Programa, o que considera positivo, pois demonstra reconhecimento e confiança nas atividades desenvolvidas. Ponderou, ainda, que o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) não se restringe ao município de Joinville. Jovita se manifestou afirmando que a referida aceleração é natural, em razão do aumento da confiança da população. Destacou a importância de informar à população acerca da realização de trabalhos, incluindo a visita de um técnico para

avaliação do terreno, bem como a verificação das regularizações necessárias. Continuou expondo sua opinião no sentido de que tal fenômeno é inerente à natureza humana, em virtude do histórico da Administração Pública. Ressaltou, ainda, que a população tem observado a execução do trabalho de forma eficiente e qualificada. Segundo Jovita, o trabalho está evoluindo e trazendo benefícios ao meio rural. Todo esse ganho de confiança tem contribuído para a aceleração dos andamentos, o aumento da procura pelo programa, o incremento da produção e a propagação de boas notícias, o que, por sua vez, reforça ainda mais a confiança da população. Daiane mencionou que com a celebração do Contrato da Secretaria Executiva, passaram a ser executados mais serviços, incluindo a instalação de fossas, a realização de limpezas e a análise de solo. Destacou que, a partir da visualização desses trabalhos pela população, observa-se o aumento da procura, o que gera a propagação de boas notícias entre os interessados e, consequentemente, o incremento da confiança. Nesse contexto, a divulgação oral dos serviços em andamento estimula novas adesões, na medida em que um interessado informa ao outro sobre as instalações realizadas, motivando-o a também solicitar o atendimento. Jovita manifestou-se que Magda, em sua fala, também abordará o andamento do processo, uma vez que a situação já se encontra consolidada, a fim de que sejam incorporadas ações visando o aumento dos valores. Ressaltou que não pretende interferir no discurso da Magda, para não prejudicar. Contudo, considera que, com o ganho obtido, com o aumento da demanda desse serviço de campo e com a elevação dos valores a serem pagos, a tendência é que ocorra uma aceleração significativa, tornando a adesão praticamente compulsória. Dando prosseguimento à exposição, Daiane prestou esclarecimentos a respeito do terceiro imóvel contemplado pelo Programa, de propriedade da Sra. Adriana, localizado no município de Garuva. Informou que o imóvel possui área total de aproximadamente 5ha, dos quais 3,6ha correspondem à área verde — extensão que equivale integralmente à área contratada. Detalhou que a beneficiária recebeu o montante aproximado de R$11.600,00 pela execução de serviços em sua propriedade e R$2.926,00 referente ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA nº 2884), perfazendo o valor total de R$14.526,00. Registrou que o Programa se encontra em efetiva execução também no município de Garuva. Na sequência, a palestrante esclareceu que a iniciativa está aberta para a totalidade da bacia a montante da estação de tratamento de água, reforçando que o atendimento abrange todas as propriedades que possuem água na estação do Rio Cubatão. Dando prosseguimento à exibição do mapa das três estações de tratamento, explicou-se que tais localidades (Cubatão, Piraí e Piraí Sul) constituem o objeto dos estudos socioeconômicos e ambientais em andamento. Esclareceu que o conjunto dessas três áreas é denominado como a área de abrangência do Programa, delimitando os territórios para os quais a iniciativa poderá se expandir, considerando a infraestrutura atual das referidas estações. Esclareceu que, das três estruturas mencionadas, duas estações de tratamento encontram-se em efetivo funcionamento no município de Joinville, enquanto a terceira permanece em fase de implantação. Ressaltou a realização de pesquisa de campo na região, na qual foram contabilizados aproximadamente 593 cadastros, dos quais sete foram preenchidos em formato *on-line* no âmbito das três unidades. A palestrante informou a finalização do referido estudo, acrescentando que foi efetuada a primeira análise de revisão no corrente mês. Daiane destacou que o Programa Águas para Sempre vem obtendo expressivo reconhecimento em âmbito nacional. Informou o lançamento de um novo edital para o Programa Águas para Sempre, o qual preserva as diretrizes originais da iniciativa. Esclareceu que o instrumento normativo incorporou atualizações pontuais que se fizeram necessárias, desenvolvidas em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SAMA). A palestrante salientou que o novo edital prevê a contratação de até 600ha, mantendo-se as diretrizes anteriores, com o estabelecimento do limite mínimo de 1ha e do teto máximo de 15ha por contratação. Daiane prestou esclarecimentos sobre os demais programas mantidos, destacando a execução do Programa de Monitoramento de Agrotóxicos. Explicou que as ações de monitoramento são desenvolvidas em consonância com a Portaria GM/MS nº 888/2021, em complementação à Portaria nº 1.468. Complementou que as amostragens são realizadas com periodicidade trimestral nos pontos de captação localizados no Cubatão e no Piraí, ao passo que, no Piraí Sul, a amostragem ocorre com frequência semestral. A obrigação é de natureza semestral; contudo, adota-se o cuidado de realizar as coletas de forma trimestral. Prosseguiu mencionando que a amostragem na estação Cubatão foi realizada em julho, o mesmo ocorrendo na estação Piraí. Já a amostra de Piraí do Sul foi coletada em março. A próxima coleta será realizada em setembro. Prosseguiu a exposição, informando que são realizados monitoramentos das águas das estações. No mês de julho, a estação Cubatão manteve vazão de 8.660 litros por segundo, enquanto a estação Piraí apresentou aproximadamente 848 litros por segundo. Foi apresentado um histórico para análise da vazão. No que se refere ao monitoramento relativo ao Índice de Qualidade da Água (IQA), a estação Cubatão registrou qualidade boa, com índice de 72,53, e a estação Piraí apresentou qualidade ótima, com aproximadamente 81,12. Daiane mencionou a existência de uma falha no mês de maio, em virtude da alteração do contrato ocorrida em abril e maio, ocasião em que a empresa não realizou a coleta de um dos parâmetros necessários ao cálculo do IQA. Dessa forma, não foi possível efetuar a coleta naquele mês. Daiane indagou aos presentes acerca de eventuais dúvidas. Não havendo manifestações, a Conselheira Daiane convidou a Conselheira Patrícia Karnopp para realizar as homenagens aos beneficiários do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Em seguida, chamou o Sr. Valdir para receber a referida homenagem. Patrícia cumprimentou todos os Conselheiros, estendendo as saudações aos demais presentes, e agradeceu a oportunidade. Mencionou que a adesão da Sra. Regina representou uma importante conquista, embora o processo tenha demandado um período considerável, tendo sido alcançado o sucesso graças aos esforços da Conselheira Daiane. Informou que o Termo de Adesão foi assinado em razão da perseverança da própria Conselheira Daiane e da Sra. Regina. Ressaltou que, em todas as reuniões destacou os benefícios do Programa. Patrícia agradeceu pela confiança depositada e pelos números apresentados pela Conselheira Daiane. Expressou que o programa tem comprovado seu crescimento e que continuará a expandir-se de forma progressiva. Destacou que já se prevê um aumento significativo por meio de novas adesões. Solicitou, de forma enfática, que os presentes divulgassem o Programa, considerando que a divulgação constitui o melhor meio de propaganda para o alcance de maior êxito. Daiane e Patrícia receberam uma calorosa salva de palmas dos presentes. O Conselheiro Vanderlei, da APROÁgua se manifestou observando que existe diferença

significativa entre designar uma área restrita como zona verde de proteção em um canto da propriedade e possuir uma propriedade integralmente inserida em área hidrográfica, na qual toda a extensão se encontra envolvida no processo, tornando necessária a adaptação dessa área à parte produtiva do imóvel. Assim, a principal dificuldade do processo, consistiu em conciliar a preservação e a conservação ambiental com a área produtiva da propriedade. Assim, o diferencial consiste precisamente nesse aspecto. Vanderlei parabenizou a palestrante Daiane pela paciência demonstrada, pela compreensão do processo e pela adequação do Programa às demandas específicas daquela propriedade, ressaltando o resultado obtido com o trabalho realizado. O Programa PSA foi adaptado à propriedade, em vez de se oferecer um pacote padronizado e pronto. Vanderlei prosseguiu, mencionando que se trata de uma área consolidada e produtiva, e que Daiane e Patrícia foram ajustando o Programa de acordo com a dinâmica da propriedade, adaptando às demandas exigidas. Reforçou que, nesse contexto, o Programa realmente faz sentido. Destacou, ainda, que o objetivo era esclarecer o motivo da demora e o processo de adaptação realizado. Segundo Vanderlei, não se tratou de um processo estanque, mas de um processo dinâmico. Reforçou os parabéns a Daiane pelo esforço empreendido em subir a serra, descer a serra à noite, e assegurar o pleno funcionamento do processo. Ato seguinte o Presidente Fábio Jovita deu sequência ao próximo item da pauta.

Pauta 3) SAMA - Implementação do Plano de Manejo da APA: Com a palavra, Magda agradeceu a oportunidade, cumprimentou os Conselheiros e estendeu os cumprimentos aos demais participantes. Informou que, a partir daquele momento, haveria um novo plano e que sua presença na APA ocorreria a cada dois meses, de modo que os interessados a veriam com maior frequência. Mencionou que estará representando o Órgão Gestor e, na qualidade de integrante do Conselho Gestor, trará informações acerca do andamento da implementação, do que foi realizado, e do que não pôde ser executado. Reforçou que o Plano de Manejo constitui um esforço coletivo e uma implementação trabalhada de forma conjunta. Ressaltou, ainda, que a Unidade de Gestão Ambiental (UGC) estará responsável pela realização do Plano de Manejo. Destacou, por fim, que as Unidades de Conservação do Iririú e do Finder são as últimas a não possuírem Planos de Manejo. Prosseguindo, Magda mencionou que foram finalizadas diversas Ações Civis Públicas pelo Ministério Público, o qual acompanha permanentemente os processos no âmbito da gestão, declarando-se satisfeita com o encerramento dos referidos processos. Trata de matéria que permanecerá permanentemente sob acompanhamento. Assim, é instaurado o procedimento administrativo, passando a realizar o referido acompanhamento. Evidentemente, não se tratará de um acompanhamento ferrenho, mas sim paulatino, conforme o esperado. Magda ressaltou que, no entanto, sempre será necessário realizar essa prestação de contas. Em certa medida, trata de uma prestação de contas, na qual o Ministério Público e o Judiciário analisam o Plano, verificam o que está previsto e quais são os programas, questionando permanentemente a forma de implementação e o andamento da execução dos Planos. Foi destacada uma dificuldade recorrente no trato com o Ministério Público e com o próprio Judiciário, consistente em esclarecer que determinados programas são contínuos. Ressaltou a importância de documentar e informar, enfatizando que a fiscalização constitui atividade rotineira e contínua, caracterizando como um programa permanente. No que se refere ao monitoramento, Daiane apresentou o IQA e as respectivas qualidades. Ressaltou que as atas encaminhadas encontram devidamente publicadas no sítio eletrônico, de forma transparente e acessível a todos, assim como os referidos monitoramentos. Destacau os seguintes pontos: em primeiro lugar, a devida homologação por decreto; em segundo lugar, a questão do PSA, previamente levantada; e, em terceiro lugar, as capacitações, com a proposta de que o ano de 2026 seja voltado, na maior medida possível, à capacitação e à comunicação desse Plano. Magda ressaltou a necessidade de amplo apoio de todos para a divulgação e a comunicação do referido Plano. Conforme reiteradamente observado pelo Conselheiro Vanderlei, da APROÁgua não é mais admissível que as pessoas residam dentro da área delimitada no mapa sem terem conhecimento dessa condição. Superar essa realidade constitui um grande desafio. Magda destacou que as pessoas que residem na região precisam saber que se encontram dentro de uma APA, compreender a importância desse fato e reconhecer que, a partir disso, não serão penalizadas, mas sim beneficiadas. Magda ressaltou que o PSA serve exatamente para demonstrar esse compromisso. Trata, contudo, de apenas um degrau. O trabalho avançará degrau a degrau, com o objetivo de transformar a vida das pessoas. Enfatizou que o Plano em elaboração não constitui mero documento formal destinado a atender exigências do Ministério Público. O compromisso existe porque se busca, efetivamente, transformar a realidade das pessoas. É evidente que não se transforma uma cultura ou um *status quo* consolidado ao longo de muitos anos de uma hora para outra. O processo ocorre gradualmente, degrau a degrau. O primeiro degrau consistiu na revisão do Plano; o segundo, agora em curso, consiste em demonstrar progressivamente as ações que estão sendo implementadas. Conforme destacou Jovita ao citar a Conselheira Marli, ressalta-se a importância da existência de cidadãos com essa postura. A ausência de cobranças e da exigência direta e eficaz junto ao Poder Público poderia ter comprometido o aprofundamento do Plano de Manejo, bem como postergado a célere implementação do Espaço do Empreendedor Rural em parceria com o Conselheiro Josmar, da UDR. Portanto, torna-se evidente a relevância de atos como os da Conselheira Marli para o progresso dessas iniciativas. Magda enfatizou a importância da participação e da cobrança coletiva para a viabilização das ações públicas. Segundo a demanda da Comunidade é indispensável, visto que o esforço individual não é suficiente para gerar as transformações necessárias. Ressaltou que a atuação ativa e o apoio dos Conselheiros e dos Moradores são fundamentais para o andamento dos processos. Por fim, destacou o entusiasmo pelo "Projeto Piava", iniciativa de longa data no município, comparando-o ao êxito do programa "Adote uma Árvore", em execução desde o ano de 2007. A palestrante explicou que o Programa "Adote uma Árvore", responsável pela doação de mudas, era um desejo antigo que ainda não havia sido oficializado. A institucionalização do Programa ocorreu apenas no ano de 2022, mediante sua formalização por meio de Decreto ou Lei, garantindo sua permanência e continuidade no âmbito da Administração Pública. Com a aprovação desse marco legal, o programa passou a ter respaldo jurídico definitivo, sendo formalmente integrado ao plano principal de arborização do município. Magda expressou o desejo de institucionalizar formalmente o "Projeto Piava", iniciativa de longa data que envolve a Prefeitura como um todo. Ela mencionou que os trabalhos da Câmara Técnica responsável por mapear e

solucionar as problemáticas do período de verão foram temporariamente interrompidos em razão da elaboração dos Planos de Manejo, mas destacou a necessidade de retomá-los de forma intersetorial. A palestrante detalhou a operacionalização do projeto, que ocorre anualmente de dezembro a março — tendo se estendido até abril no último ciclo devido às condições climáticas: Blitzes Educativas: Realizadas em locais estratégicos, como o Portal do Quiriri, com foco na orientação aos banhistas e na distribuição de mudas, sem caráter punitivo; Integração Interinstitucional: Coordenada pela Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública (SEPROT), com a atuação da Guarda Municipal e da Defesa Civil, a iniciativa conta com a participação da Secretaria de Meio Ambiente (SAMA) — por meio das equipes de Educação Ambiental —, da Companhia de Águas, de agentes de trânsito e dos bombeiros voluntários; Suporte de Infraestrutura e Limpeza: A Secretaria de Infraestrutura Urbana (SEINFRA) atua na manutenção dos locais e na gestão da limpeza urbana. Magda ressaltou o viabilizado aporte para a coleta de resíduos nas áreas de banho dos rios durante a temporada, suprindo uma demanda da zona rural não coberta pelo contrato padrão do serviço. Por fim, Magda classificou a última edição do projeto como um sucesso em razão da ampla adesão popular e do trabalho colaborativo entre as Secretarias. Concluiu abordando a questão das anuências para aprovação de projetos construtivos e atividades na região, esclarecendo que tais processos aguardavam a consolidação do novo Plano de Manejo para sua devida progressão. Menciona o viveiro de mudas e programa "Adote uma Árvore", sobre o qual ocorreu sua homologação no mês de março do corrente ano. Informa que entre os meses de março e julho tramitaram cerca de 25 processos de anuência, a maioria, foi compatibilizada com a legislação. Espera-se uma redução de casos imprevistos, mas a tendência de melhoria no mapeamento e qualificação dos dados. Magda finaliza, agradecendo a oportunidade concedida. O Presidente Fábio João Jovita dá início à apreciação do quarto item da pauta.

Pauta 4) Sugestões de Pauta e Palavra Livre: Inscritos (Josimar, UDR - Sala do Empreendedor Rural; Sérgio, GRM - Instalação de Data Centers na APA; Ademir Sgrott, AJM - Árvores que causam problemas às abelhas e beija-flores). O Conselheiro Josimar Neumann, da UDR explanou sobre os atendimentos efetuados no Espaço Empreendedor Rural, e reforçou a necessidade desse canal específico para essas necessidades. O Conselheiro Sérgio de Oliveira Netto, do GRM agradeceu a oportunidade, cumprimentou todos os Conselheiros e estendeu os seus cumprimentos aos demais presentes. Sérgio apresentou, de forma breve, a sua colaboração, ressaltando tratar de uma intervenção de precaução. Declarou que formularia rápidas considerações com base em dois fatos a serem indicados, os quais seriam submetidos ao Conselho e, ao final, apresentaria a sugestão relativa ao motivo pelo qual solicitou ao Secretário do Conselho a inclusão do referido tema na pauta de discussões, qual seja, os Data Centers. Continuou sua exposição, afirmando que, até recentemente, esses empreendimentos vinham crescendo de forma significativa. Com o advento da Inteligência Artificial, tal expansão tem se mostrado mais acentuada nos Estados Unidos. No Brasil, pelo que se tem conhecimento, existe apenas um grande centro referido aos de menor porte, qual seja o da TikTok, localizado no Ceará, o qual tem gerado diversos problemas. Já as Big Techs, tais como Oracle, Microsoft, Amazon e SpaceX, instalaram, nos Estados Unidos, centros de processamento de dados de proporções gigantescas. Com a nova tecnologia da Inteligência Artificial, as tecnologias anteriores necessitarão de aprimoramento e estão consumindo intensamente recursos naturais. Passando à contextualização dos fatos, o Conselheiro destacou que os três problemas básicos são os seguintes: Em primeiro lugar, o consumo de energia elétrica, que se revela absurdo. As projeções de consumo energético equivalem às de pequenas cidades e, nos Estados Unidos, tais projeções não serão suficientes para atender à demanda. Em segundo lugar, Sérgio apontou outro problema: a água utilizada no sistema passa a ser liberada na atmosfera, inexistindo estudos que avaliem o impacto ambiental de longo prazo decorrente da retirada de quantidades absurdas desse recurso daquele ponto específico, uma vez que, ao ser lançada na atmosfera, deixa de estar disponível no local. Tal situação repercute externamente, com a redução da qualidade da água para a população, a diminuição da oferta e o aumento das tarifas, configurando um problema seríssimo na questão hídrica. Em terceiro lugar, Sérgio destaca o zunido constante. As pessoas, segundo alegam, não são previamente avisadas e se deparam com uma estrutura enorme que emite ruído ininterrupto, 24 horas por dia. Inexistem estudos tanto sobre os efeitos sobre a fauna — que pode ser afugentada — quanto sobre os seres humanos. Ademais, a proximidade de um Data Center desvaloriza os imóveis que seus proprietários pretendem alienar. Trata-se de estruturas de porte médio a grande. Observou, ainda, que, caso haja curiosidade, basta consultar informações disponíveis na *internet* sobre o Texas e o Mississippi, locais que acompanha, onde se encontram estruturas verdadeiramente gigantescas. Sérgio considerou absurda a situação descrita. Ressaltou, então, que esses são os três problemas gerados pelos Data Centers. Esclareceu que o processamento de dados é transmitido por cabos, e não por satélite. Embora se pense que tudo se dá via satélite, a maioria ocorre por cabo, com a tecnologia atual. Tanto é assim que existem propostas inclusive de levar esses Data Centers para o espaço, pois, nesse caso, o problema energético seria resolvido: haveria painéis solares diretos sob o sol, sem nuvens, o espaço é frio e não haveria necessidade de resfriamento. Contudo, permanece o problema da transmissão de dados. Segundo o que acompanha, Elon Musk, que pretende levar tais estruturas ao espaço, não o faz porque a transmissão de uma carga massiva de dados poderia ser dificultada. Esse é o contexto do problema. Em seguida, Sérgio passou aos dois fatos, os quais submeteria ao Conselho. Informou que, no mês de julho, foram publicadas duas notícias de fontes distintas, as quais acompanha. Uma, da NSC, de âmbito local, e outra, da CNN, informando que o Brasil está sendo foco para a construção desses Data Centers e que, no País, sete cidades estão sendo prioritárias, dentre elas Joinville. Declarou que leria apenas um trecho, mas que disponibilizaria o material integralmente ao Conselho. Citou o título da matéria da NSC: "*Diferencial coloca Joinville entre as cidades do Brasil mais cobiçadas para instalação de Data Centers*". Quanto à CNN, destacou que pelo menos sete cidades são alvo de expansão de Data Centers no Brasil. Sérgio informou que, no mês de julho de 2026, Joinville figura entre as sete cidades visadas para a instalação desses mega Data Centers — não se tratando de estruturas de pequeno porte. Esse constitui o primeiro fato. O segundo fato refere-se ao mês de junho de 2026. Diante da preocupação com os Data Centers, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) editou a Moção nº 147, de junho de 2026. O

Conselheiro disponibilizaria o documento para conhecimento dos demais membros, ressaltando que se trata de uma proposta de moção e não ainda de uma resolução. Acompanha o tema e leu alguns trechos. A moção versa sobre a urgência na definição de critérios nacionais e de salvaguardas socioambientais e climáticas para a instalação de Data Centers. Funda-se na base principiológica do direito ambiental brasileiro, assentada nos princípios da prevenção e da precaução princípios que orientam a presente intervenção. Dentre os considerados de maior relevância, destacou: que as infraestruturas dos Data Centers apresentam elevado potencial de impacto socioambiental, especialmente em razão do intenso consumo de energia e água, da emissão de gases de efeito estufa e da pressão sobre territórios e bens essenciais que a ausência de parâmetros regulatórios específicos, inclusive indicadores de eficiência energética e hídrica, pode agravar tais impactos, afetar o acesso a recursos naturais por comunidades e gerar externalidades negativas, tais como o aumento das tarifas de energia elétrica e de abastecimento de água para os consumidores, bem como desencadear ou agravar conflitos e desigualdades. Na parte dispositiva, a moção manifestaria profunda preocupação e formularia orientações, entre as quais: a imposição de limites rígidos e o monitoramento da poluição sonora e de vibrações, especialmente em áreas periurbanas e de ocupação tradicional; o estabelecimento de critérios de exclusão para a instalação em áreas de estresse hídrico crítico ou próximas a territórios de conservação ambiental e cultural; a recomendação aos órgãos ambientais de que, na ausência de instrumentos específicos e salvaguardas adequadas, abstenham-se de aplicar ritos de licenciamento simplificado, autodeclaratório ou corretivo, adotando abordagem de precaução na análise de novos projetos, inclusive com a possibilidade de suspensão e revisão de licenciamentos, e recomendando a realização do Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Esses são os dois fatos apresentados. A consideração do Conselheiro é a de que tais empreendimentos estão se expandindo em todo o mundo. As duas notícias indicam Joinville como uma das cidades prioritárias. Embora não seja engenheiro, Sérgio observou que Joinville dispõe de abundância hídrica e de áreas, a exemplo da região de Vila Nova, Piraí e Dedo Grosso, sobretudo com a futura implantação de nova Rodovia. Conhece proprietários ao longo do traçado da referida via que, embora venham a receber indenização pela desapropriação, já manifestaram desinteresse, por se tratar de área tranquila; a passagem de caminhões retiraria o atrativo do local. Tal cenário pode abrir porta para investidores interessados na disponibilidade de água. Ressaltou que a questão energética não compete a este Conselho, cabendo à Celesc avaliar a viabilidade de fornecimento. Já a questão hídrica e os impactos ambientais sonoros são de competência deste órgão. A água evaporada deixa a região, e não há estudos sobre o zunido constante — embora existam reclamações de moradores em outras localidades —, tampouco sobre os efeitos sobre a fauna, que pode sofrer deslocamento. Para finalizar, o Conselheiro ponderou que, caso um Data Center de grande porte — e não uma estrutura de menor dimensão — pretenda instalar-se em área do perímetro hídrico da região, é provável que o empreendimento passe pelo crivo deste Conselho. A título de exemplo, citou a possibilidade de uma empresa como a Amazon pretender instalar um Data Center nessa dimensão, observando que, no exterior, tais companhias têm constituído verdadeiros ecossistemas de Data Centers. O Conselheiro agradeceu a oportunidade, retornando a palavra ao Presidente Fábio Jovita, que sugeriu que o referido assunto fosse pautado no COMDEMA. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM trouxe à pauta a preocupação com a proteção das abelhas nativas (meliponíneos), ressaltando que, embora nem todos estejam igualmente atentos ao tema, trata-se de questão relevante e urgente. Destacaram a necessidade de orientações claras sobre o plantio de árvores nas áreas de convívio urbano e de compatibilidade com a meliponicultura. Jovita destacou que é “Missão Zero” da equipe técnica, cujo objetivo prioritário é formalizar contrato para a execução do Plano de Arborização da cidade. O plano prevê o plantio de árvores nativas que: não prejudiquem as abelhas; não causem danos às calçadas; contribuam para o sombreamento adequado e a qualidade ambiental urbana. Relatou que o Plano de Arborização e o sistema de inventário de indivíduos arbóreos já foram desenvolvidos. Destacou a importância de reduzir a pressão por soluções improvisadas e de viabilizar doações de mudas, bem como a contratação de empresa especializada para a execução do projeto de plantio e manutenção. Sobre a supressão de espécies problemáticas, especialmente a espatódea (*Spathodea campanulata*), informou que a equipe está temporariamente segurando as autorizações de corte. A orientação é que, enquanto não houver o contrato formalizado e o replantio garantido, as árvores a serem removidas recebam placas explicativas do motivo da intervenção, a fim de evitar interpretações equivocadas e crítica pública. O objetivo institucional é preservar a vida das abelhas e realizar a substituição adequada. Jovita esclareceu que árvores exóticas não necessitam de autorização municipal específica para supressão. Caso o indivíduo possua Inventário de Árvores de Interesse Público ou haja dúvida de fiscalização futura, recomenda-se abrir processo administrativo e consultar o técnico Josimar para avaliação prévia, evitando gastos desnecessários com profissionais externos antes da consulta. Reiterou que, a partir da formalização do contrato solicitado pela Prefeita, a equipe dará andamento às ações de plantio e substituição. Há ofício do Ministério Público exigindo a remoção de determinadas árvores, o que gera pressão sobre a equipe. No entanto, a orientação é não realizar a supressão sem o devido replantio, inclusive com o uso de vasos no centro da cidade quando a quebra de calçada não for viável. O Conselheiro Ademir informou que a referida notícia já havia sido incluída em pauta neste Conselho no ano de 2019, e que, em janeiro, fora publicado o respectivo Decreto. Sem mais manifestações e não havendo demais contribuições, o Presidente do Conselho da APA Serra Dona Francisca, Fábio João Jovita agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 20h50min, sendo extraída a presente Ata, assinada pelo Presidente do Conselho, após aprovação dos demais Conselheiros.

Fábio João Jovita
Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca

Marli Fleith Sacavem
Vice-Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca

Gabriel Dumerqui Rodrigues
José Augusto de Souza Neto
Ricardo Jean Haddad
SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

**A gravação em áudio desta reunião encontra-se arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC).















Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita**, **Secretário (a)**, em 07/10/2026, às 16:52, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.joinville.sc.gov.br/ informando o código verificador **31080001** e o código CRC **1C6533A8**.